

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tuteladas pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)

Republican reformer boosts: study missions abroad ruled by the Ministry of the Interior and the Ministry of the Public Instruction (1911-1918)

Pulsions réformistes républicaines : missions d'étude à l'étranger tutorées par le Ministère de l'Intérieur et par le Ministère de l'Instruction Publique (1911-1918)

Impulsos reformistas republicanos: misiones de estudio en el extranjero tuteladas por los Ministerios del Interior y de la Instrucción Pública (1911-1918)

Carlos Manique da Silva
UIDEF/UL
manique@net.sapo.pt

Resumo: Este artigo destaca a importância que as missões de estudo no estrangeiro assumiram para os reformadores republicanos, em dois momentos distintos (1911-1912 e 1918) e sob tutela, respetivamente, do Ministério do Interior e do Ministério da Instrução Pública. No primeiro caso, as bolsas atribuídas tiveram o foco na área da Medicina. No segundo, a Reforma de Alfredo de Magalhães (1918) consagra as bolsas de estudo para professores da instrução secundária. Argumento que as bolsas concedidas em 1911-1912 foram mais consequentes, em especial na área da Medicina, por se inscreverem em dinâmicas já existentes – um exemplo paradigmático é o que foi protagonizado pela “Geração Médica de 1911”.

Palavras-chave: Missões de estudo; Bolseiros; Ministério do Interior; Ministério da Instrução Pública; Primeira República; Geração Médica de 1911

Abstract: This article highlights the importance that study missions abroad assumed for republican reformers in two different moments (1911-1912 and 1918) and under the tutelage, respectively, of the Ministry of the Interior and the Ministry of the Public Instruction. In the first case, the awarded grants focused on the area of Medicine. In the second case, the Reform of Alfredo de Magalhães (1918) enshrines scholarships for secondary education teachers. I argue that the grants awarded in 1911-1912 were more consequential, namely in Medicine area, since they were part of already existing dynamics – a paradigmatic example of which was protagonized by the “Medical Generation of 1911”.

Keywords: Study missions; scholarships; Ministry of the Interior; Ministry of the Public Instruction; First Republic; Medical Generation of 1911

Résumé: Cet article met en lumière l'importance qu'on a pris les missions d'études à l'étranger pour les réformateurs républicains, à deux moments différents (1911-1912 et 1918) et sous la tutelle, respectivement, du Ministère de l'Intérieur et du Ministère de l'Instruction publique. Dans le premier cas, les subventions accordées se sont concentrées sur le domaine de la Médecine. Dans le deuxième cas, la Réforme d'Alfredo de Magalhães (1918) consacre des bourses pour les enseignants du secondaire. Je défends que les bourses accordées en 1911-1912 étaient plus conséquentes, notamment dans le domaine de la Médecine, du fait qu'elles s'inscrivaient dans des dynamiques déjà existantes – un exemple paradigmatique est celui qui a été protagonisé par la «Génération Médicale de 1911».

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Mots clés: Missions d' étude ; boursiers ; Ministère de l'Intérieur ; Ministère de l'Instruction publique ; Première République ; Génération Médicale de 1911

Resumen: Este artículo destaca la importancia que las misiones de estudio en el extranjero asumieron para los reformadores republicanos, en dos momentos distintos (1911-1912 y 1918) y bajo tutela, respectivamente, del Ministerio del Interior y del Ministerio de Instrucción Pública. En el primer caso, las becas concedidas se centraron en el área de la Medicina. En el segundo caso, la Reforma de Alfredo de Magalhães (1918) consagra las becas para profesores de la instrucción secundaria. Argumento que las subvenciones concedidas en 1911-1912 fueron más consecuentes, en particular en el área de la Medicina, por el hecho de que se inscriben en dinámicas ya existentes – un ejemplo paradigmático es el de la “Generación Médica de 1911”.

Palabras clave: Misiones de estudio; Becarios; Ministerio del Interior; Ministerio de Instrucción Pública; Primera República; Generación Médica de 1911

Introdução

Em Portugal, durante as três primeiras décadas do século XX, uma das estratégias adotadas para promover o contacto com modelos educativos estrangeiros foram as viagens ou missões pedagógicas a países europeus de referência no campo educativo. Gondra e Mignot (2007: 7) referem que “o processo de afirmação da escola moderna supõe observar o aparecimento e legitimação para além das fronteiras nacionais”. A ideia era a de que os bolseiros, contactando com inovações produzidas nesses países, “contribuíssem depois para a sua difusão em Portugal e, conseqüentemente, para a modernização do sistema de ensino” (Pintassilgo, 2007: 195). Essas viagens só em parte estão estudadas, nomeadamente, as que foram realizadas nos derradeiros anos da monarquia, isto é, entre 1907 e 1909 (Fernandes, 1971, 1995; Pintassilgo, 2007; Silva, 2013, 2017), assim como algumas que tiveram lugar nas décadas de 1910 a 1930 (Hameline & Nóvoa, 1990; Fernandes, 2007; Silva, 2017).

No presente artigo analiso a intervenção do Ministério do Interior no sentido da atribuição, entre o segundo semestre de 1911 e o mesmo semestre do ano seguinte, de um conjunto de bolsas de estudo no estrangeiro. Ao mesmo tempo, mobilizando investigação publicada (Silva, 2017), procuro confrontar o referido processo de concessão de bolsas com outro que tem lugar em 1918, já depois da reinstituição definitiva do Ministério da Instrução Pública (1913). A ambas situações subjaz um propósito maior: o da modernização do país. Obviamente, interessa perceber o que as distingue e o que têm em comum. Por essa razão, tento responder a algumas questões de partida. Terá a existência de um órgão central de coordenação educativa (o novo Ministério) introduzido maior foco

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

e rigor na definição dos objetivos das missões de estudo? O que dizer relativamente à seleção de candidatas, à sua responsabilização e ao financiamento das viagens? E que áreas do conhecimento foram consideradas prioritárias? Questões, entre outras, às quais tentarei dar resposta nas próximas páginas.

Sabemos que houve um desfasamento entre os ideais e a ousadia de algumas medidas de política educativa da Primeira República (1910-1926) e o quadro estrutural do país, marcado pelo analfabetismo, pelo peso da ruralidade e pela escassa formação técnico-científica, para citar apenas algumas condicionantes (Nóvoa, 1989; Afonso, 2016).

Aquilo que procuro afirmar é que as missões de estudo são um dos aspetos da ação política republicana na área da educação a merecer especial atenção, no sentido em que projetam um pensamento que não se fecha no imediato (Nóvoa, 2014). É difícil, sabemo-lo bem, avaliar o alcance e as consequências práticas das ditas missões. Mas, o que interessa pôr em evidência passa pela ideia de muitos bolseiros serem (ou virem a ser) personalidades de referência na sua área científica, acabando por influenciar várias gerações de profissionais.

Analisarei, sobretudo, os critérios subjacentes à atribuição de bolsas, a quem são concedidas, assim como as áreas de conhecimento que foram privilegiadas.

Bolsas de estudo no estrangeiro concedidas pelo Ministério do Interior (1911-1912)

Nos debates que antecederam a reinstituição do Ministério da Instrução Pública, em sede do Senado e da Câmara dos Deputados (1912-1913), uma questão que emerge é a do Ministério do Interior abarcar áreas de governação que tinham, sobretudo, que ver com a política e a administração interna (Silva, 2017). Consequentemente, na perspetiva de alguns atores, era inevitável a marginalização do campo educativo e a interferência da política nos assuntos da educação (Silva, 2017). O que se pretendia, então, era criar uma estrutura administrativa capaz de coordenar estabelecimentos de ensino público tutelados por diversos ministérios, a saber: o ensino técnico e profissional, a cargo do Ministério do Fomento; o ensino colonial, na dependência do Ministério das Colónias; as escolas sob alçada dos Ministérios da Guerra e da Marinha; o “ensino literário e científico”, na

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

esfera de intervenção do Ministério do Interior¹. De fora do Ministério da Instrução Pública (lembro, reinstituído de forma permanente em 1913) ficarão apenas as escolas afetas aos Ministérios da Guerra e da Marinha.

O contexto traçado é importante, para se perceber a orientação do Ministério do Interior, nos anos de 1911 e 1912², assim como a intervenção do Ministério da Instrução Pública, em 1918.

No primeiro caso, interessa começar por dizer que, em 18 de novembro de 1912, na Câmara dos Deputados, Álvaro Xavier de Castro apresentou um requerimento visando saber, para os anos civis de 1911-1912, que bolseiros tinham estado (ou ainda estavam) em missão de estudo, os objetivos das visitas, os vencimentos abonados e se haviam apresentado relatórios³. Trata-se de uma intervenção que expressa rigor. Julgo que pode estar relacionada com algumas irregularidades que foram sendo observadas, não no processo de atribuição de bolsas, mas no cumprimento das obrigações a que os bolseiros estavam sujeitos. Vale a pena citar alguns casos. Em novembro de 1911, o ministro do Interior, Falcão Trigoso, mandou retirar a bolsa concedida a Eugénio Augusto Dias Amorim, que se encontrava na Universidade de Gand, por este ter tido frequência irregular no ano letivo de 1910/1911 e de não se ter proposto a exame⁴. Por outro lado, razões políticas são visíveis na decisão de cessar a bolsa atribuída a três pensionistas de Belas-Artes, em Paris, também em novembro de 1911⁵. Refiro-me a Guilherme de Santa Rita (monárquico convicto e que teve um conflito com o embaixador republicano João Chagas), a Francisco Franco de Sousa e a Simão César Dordio Gomes – personalidades de referência no campo das artes.

¹ Na sua orgânica, em 1911-1912, o Ministério do Interior era constituído pelas seguintes direções-gerais, a saber: Direção-Geral de Administração Política e Civil; Direção-Geral da Saúde; Direção-Geral da Instrução Primária; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial; Direção-Geral de Assistência.

² No período considerado, isto é, entre o segundo semestre de 1911 e idêntico semestre do ano de 1912, identifiquei os seguintes ministros do Interior, que assinaram portarias relativas à concessão de bolsas, a saber (do mandato mais antigo para o mais recente): António José de Almeida, João Pinheiro Chagas, Silvestre Falcão, Augusto de Vasconcelos e Duarte Leite Pereira da Silva. O número de ministros dá bem a noção do clima de instabilidade política vivido, que caracterizou, aliás, a Primeira República.

³ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18/11/1912: 8. O requerimento de Álvaro Xavier de Castro visou apenas o Ministério do Interior.

⁴ *Diário do Governo*, n.º 270, Portaria de 15/11/1911.

⁵ *Diário do Governo*, n.º 269, Portaria de 15/11/1911.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Na sequência do mencionado requerimento do deputado Álvaro Xavier de Castro, o Ministério do Interior coligiu informação no sentido de dar resposta ao solicitado⁶. É, justamente, esse conjunto de documentos (três “listas”) que me possibilitou avaliar algumas das opções seguidas pelo Ministério do Interior, no que à concessão de bolsas de estudo diz respeito⁷. Uma leitura do Quadro 1, contendo o nome de 31 bolseiros e sendo baseado na referida informação que chegou à Secretaria-Geral do Ministério do Interior, permite tirar algumas conclusões.

Quadro 1. Bolseiros enviados ao estrangeiro (2.º semestre de 1911 – 2.º semestre de 1912)

Pensionista	Profissão/ Afiliação	Bolsa concedida	Ano e semestre de nomeação⁸
Cândido Augusto Correia de Pinto	Professor da Faculdade de Medicina do Porto,	Visitar algumas instituições estrangeiras.	1911, 2.º semestre
Alberto Óscar dos Santos Machado	Professor do Liceu Central Passos Manuel	Visita de estudo.	1911, 2.º semestre
António Aurélio da Costa Ferreira	*	Nomeado delegado do governo no Congresso Internacional de Pedagogia em Bruxelas.	1911, 2.º semestre
Henrique Bastos	Médico-cirurgião dos hospitais de Lisboa	Representante do governo português em Londres, no Congresso da Associação Internacional de Urologia.	1911, 2.º semestre
Sebastião Cabral da Costa Sacadura	Médico	Encarregado de ir à Alemanha e à Suíça para estudar os progressos da obstetrícia.	1911, 2.º semestre

⁶ À Secretaria-Geral do Ministério do Interior chegaram “listas” provenientes: da Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial (21/12/1912); da Direção-Geral de Assistência (26/11/1912); e da Direção-Geral da Saúde (25/11/1912). Por seu turno, a Direção-Geral da Instrução Primária e a Direção-Geral de Administração Política e Civil responderam à Secretaria-Geral do dito Ministério, respetivamente, em 22/11/1912 e 26/12/1912, informando que não tinham enviado qualquer indivíduo em missões de estudo no estrangeiro. Cf. IAN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78, Lv. 1, n.º 235.

⁷ A consulta dos *Diários do Governo* permitiu-me enriquecer essas “listas”, conforme irei assinalando.

⁸ A fonte indica a data de publicação no *Diário do Governo*. Por uma questão de simplificação, optei por citar apenas o ano e o semestre das nomeações. A mesma fonte refere, também, a duração das missões e a figura jurídica que as enquadrava; informação que mobilizarei nos Quadros 5 e 6.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Augusto Almeida Monjardino	Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa	Bolsa para ir à Alemanha e à Suíça estudar os progressos da ginecologia.	1911, 2.º semestre
Alfredo Appel	Professor contratado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	Concessão de bolsa para visitar o estrangeiro.	1911, 2.º semestre
Reinaldo dos Santos	1.º Assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	Concessão de bolsa para estudar no estrangeiro os progressos da cirurgia.	1911, 2.º semestre
Virgínia Guerra Quaresma	*	Concessão de bolsa para estudar no estrangeiro a organização e funcionamento dos estabelecimentos modelares de educação feminina (França, Alemanha, Suíça e Itália).	1911, 2.º semestre
Augusto Pires Celestino da Costa	Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa	Estudar no estrangeiro os progressos da histologia.	1911, 2.º semestre
Alberto Mac-Bride Fernandes	Cirurgião no Hospital de S. José, Lisboa	Estudar no estrangeiro pediatria.	1911, 2.º semestre
Custódio Maria S. Almeida Cabeça	Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa	Estudar no estrangeiro os progressos da cirurgia.	1911, 2.º semestre
Álvaro Teixeira Bastos	Demonstrador da secção de cirurgia da Faculdade de Medicina do Porto	Estudar no estrangeiro cirurgia abdominal, especialmente ginecológica e obstetrícia.	1912, 1.º semestre
Aníbal Vítor Henriques e Castro	1.º assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa	Estudar em França e Itália os modernos processos de doenças do coração.	1912, 1.º semestre
Tiago Augusto de Almeida	Professor da Faculdade de Medicina do Porto	Visitar em Itália os institutos de ensino médico.	1912, 1.º semestre
José Guilherme P. de Miranda	1.º assistente da 5.ª classe da Faculdade de Medicina Porto	Estudar no estrangeiro, especialmente parasitologia.	1912, 1.º semestre
Henrique Fragoso Domingues Parreira	1.º Assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa	Estudar no estrangeiro os progressos da anatomia patológica.	1912, 1.º semestre
Fernandes Waddington	Analista do Instituto Central de Higiene	Estudar laboratórios em França, Bélgica e Holanda.	1912, 1.º semestre

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Sílvio Rebelo Alves	Professor ordinário da Faculdade de Medicina de Lisboa	Estudar no estrangeiro laboratórios e métodos de ensino de farmacologia e terapêutica experimental.	1912, 1.º semestre
José Joaquim Cabral de Lacerda	Professor de gravura artística da Escola de Belas Artes de Lisboa	Estudar a sua especialidade.	1912, 2.º semestre
António do Amaral Corte Real	Reitor e professor do 1.º grupo do Liceu Alves Martins	[A fonte não indica]	1912, 2.º semestre
Custódio Maria de Almeida Cabeça	Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	Estudar no estrangeiro assuntos ligados à medicina.	1912, 2.º semestre
Afonso Veríssimo de Azevedo Zuquete ⁹	Professor do Liceu Alexandre Herculano	Estudar no estrangeiro alguns estabelecimentos científicos.	1912, 2.º semestre
José de Matos Sobral Cid ¹⁰	Médico adjunto do Manicómio Bombarda	Visitar no estrangeiro alguns dos mais célebres manicómios a fim de fornecer à comissão que está elaborando o projeto do novo manicómio de Lisboa, os dados e esclarecimentos que ela possa precisar ¹¹ .	1912, 2.º semestre
Samuel Maia de Loureiro	Subdelegado de saúde de Lisboa (substituto)	Estudar no estrangeiro progressos da bromotologia e higiene da alimentação.	1911, 2.º semestre
Pedro Celestino de Campos Pais do Amaral	Subdelegado de saúde do concelho do Fundão.	Estudar na Califórnia as condições sociais em que ali se encontra a colónia portuguesa, especialmente sob o ponto de vista dos institutos de assistência e de beneficência existentes para socorro e auxílio dos	1912, 1.º semestre

⁹ Até este nome, inclusive, são bolseiros indicados pela Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial.

¹⁰ Este nome e os que se seguem, à exceção de Samuel Maia de Loureiro, indicado pela Direção-Geral da Saúde, são bolseiros referenciados pela Direção-Geral de Assistência.

¹¹ É útil dizer que o Decreto de 11 de abril de 1911 estabeleceu a assistência aos doentes psiquiátricos, criando sete manicómios.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

		membros da mesma colónia.	
Alfredo José de Almeida Ribeiro	Diretor de Enfermaria do Hospital de S. José	Estudar a organização da assistência infantil.	1911, 2.º semestre
António Carlos Craveiro Lopes	Diretor de Enfermaria do Hospital de S. José	Estudar no estrangeiro progressos da cirurgia.	1911, 2.º semestre
Herman José de Medeiros	Médico assistente Hospital de S. José	Estudar doenças próprias dos climas da América do Sul.	1911, 2.º semestre
Carlos Artur da Silva	Diretor da consulta de dermatologia e sifiligrafia do Hospital de S. José.	Estudar em Paris e Frankfurt aperfeiçoamentos de técnica nas aplicações de medicamento de Erlich-Hata.	1912, 1.º semestre
Joaquim de Sousa Feio e Castro	Chefe da 4.ª secção do laboratório de análise clínicas do Hospital S. José.	Estudar progressos da radiologia.	1912, 1.º semestre

Fonte: AN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78, Lv. 1, n.º

235.

Em primeiro lugar, afigura-se útil dizer que da lista constam personalidades que virão a ter (algumas delas já o tinham nesse momento histórico) papel determinante na sociedade portuguesa em diversas áreas do conhecimento. Citem-se, tão-só, Virgínia Guerra Quaresma¹², a primeira jornalista portuguesa e ativista dos direitos das mulheres, José de Matos Sobral Cid¹³, que viria a ser ministro da Instrução Pública, António Aurélio da Costa Ferreira¹⁴, referência maior da Pedagogia portuguesa do início do século XX, Augusto Pires Celestino da Costa, eminente médico que chegará a dirigir a Junta de Educação Nacional, criada em 1929, ou ainda Reinaldo dos Santos¹⁵ que, a par de importante carreira na área da Medicina, desenvolveu intenso labor enquanto historiador e crítico de arte.

A autonomização de alguns dados do Quadro 1¹⁶ permite ter uma ideia mais clara das prioridades estabelecidas pelo Ministério do Interior. Consideremos a afiliação dos bolseiros.

¹² Sobre esta personalidade, veja-se Seixas (2004).

¹³ A respeito desta figura, consulte-se Nóvoa (dir.) (2003) e Costa (2003).

¹⁴ A propósito desta personalidade, sugere-se Nóvoa (dir.) (2003).

¹⁵ Idem.

¹⁶ Metodologia que adotei dos Quadros 2 ao 4.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Quadro 2. Afiliação dos bolseiros enviados ao estrangeiro (2.º semestre de 1911 – 2.º semestre de 1912)

Instituição	Frequência
“Hospitais de Lisboa”	7
Delegação de Saúde de Lisboa	1
Delegação de Saúde do Fundão	1
Escola de Belas-Artes de Lisboa	1
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	1
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	8
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto	4
Instituto Central de Higiene	1
Liceu Alexandre Herculano	1
Liceu Alves Martins	1
Liceu Central Passos Manuel	1
Manicómio Miguel Bombarda	1
S/ referência	3

Fonte: AN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78, Lv. 1, n.º 235.

É particularmente expressivo o número de bolseiros oriundos dos “Hospitais de Lisboa” e da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Significativa é ainda a representação de bolseiros afetos à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Para além dessa área, há alguns bolseiros provenientes do setor do ensino secundário e, residualmente, de Belas-Artes e Letras. O próximo Quadro complementa esta informação, no sentido em que identifica a profissão dos bolseiros.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Quadro 3. Profissão dos bolsheiros enviados ao estrangeiro (2.º semestre de 1911 - 2.º semestre de 1912)

Profissão	Frequência
Professor do ensino superior	14
Professor do liceu	3
Médico	9
Analista (clínico)	1
Subdelegado de saúde	2
S/ referência	2

Fonte: AN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78 Lv. 1, n.º 235.

Importa dizer que os professores do ensino superior eram, sobretudo, médicos. E não esqueçamos que o próprio analista e os delegados de saúde eram médicos de formação. Por outro lado, no universo dos que não eram docentes, a especialidade de Cirurgia tem alguma expressão. Vejamos, agora, o objetivo das missões de estudo e o país/ cidade de destino das mesmas.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Quadro 4. Objetivo das missões de estudo (2.º semestre de 1911-2.º semestre de 1912)

Objetivo da missão de estudo	País/ cidade
Participar no Congresso Internacional de Pedagogia	Bélgica/ Bruxelas
Participar no Congresso da Associação Internacional de Urologia	Inglaterra/ Londres
Estudar obstetrícia	Alemanha e Suíça
Estudar os progressos da ginecologia	Alemanha e Suíça
Estudar a organização e funcionamento dos estabelecimentos modelares de educação feminina	França, Alemanha, Suíça e Itália
Estudar as doenças do coração	França e Itália
Estudar laboratórios	França, Bélgica e Holanda
Estudar as condições sociais em que se encontra a colónia portuguesa na Califórnia	Estados Unidos da América/ Califórnia
Estudar os progressos da cirurgia [três bolseiros]	*
Estudar os progressos da histologia	*
Estudar pediatria	*
Estudar cirurgia abdominal, especialmente ginecológica e obstetrícia	*
Visitar institutos de ensino médico	Itália
Estudar parasitologia	*
Estudar os progressos da anatomia patológica	*
Estudar laboratórios e métodos de ensino de farmacologia e terapêutica	*
Estudar a sua especialidade (gravura artística)	*
Estudar assuntos ligados à medicina	*
Estudar alguns estabelecimentos científicos	*
Visitar alguns dos mais célebres manicómios	*
Estudar os progressos da bromotologia e higiene da alimentação	*
Estudar a organização da assistência infantil	*
Estudar doenças próprias dos climas da América do Sul	*
Estudar aperfeiçoamentos de técnica nas aplicações de medicamento de Erlich-Hata	França /Paris Alemanha/Frankfurt
Estudar progressos da radiologia	*
S/ referência específica [quatro bolseiros]	*

* A fonte não identifica

Fonte: AN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78, Lv. 1, n.º

235.

Confirmando o que tenho vindo a afirmar, é inegável o cuidado que a área da Medicina recebe, nas mais diversas especialidades e com interesse pelo aperfeiçoamento de terapêuticas e meios de diagnóstico. Traduz bem o espírito da Reforma do Ensino Médico, de 22 de fevereiro de 1911, na qual se consagra a vontade de modernizar o

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

ensino, torná-lo prático, concedendo maior atenção às especialidades e transformando as Faculdades de Medicina (então criadas) em centros de produção científica (Pina, 2010). A dita Reforma foi considerada uma prioridade e um investimento nacional (Pina, 2010).

De igual modo, para o período compreendido entre o segundo semestre de 1911 e o mesmo semestre do ano seguinte, a ideia expressa no parágrafo prévio deve ser complementada com informação que extraí do *Diário do Governo*, mas que não se encontra exarada no Quadro 1. Refira-se, por exemplo, a atribuição de bolsas a João Emílio Raposo de Magalhães, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, encarregado de estudar os progressos da Cirurgia, assim como a Francisco Soares Branco Gentil, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, indicado para ir ao estrangeiro estudar os progressos realizados no diagnóstico e tratamento do cancro¹⁷. Por outro lado, foi também concedida uma bolsa a António Eduardo da Costa, diretor de enfermaria do Hospital de Doenças Infectocontagiosas, que solicitou ao governo, nomeadamente a Duarte Leite Pereira da Silva, ministro do Interior, licença de dois meses para estudar no estrangeiro o funcionamento dos hospitais de isolamento¹⁸.

Marginais à orientação prioritária do Ministério do Interior são as situações que dizem respeito: i) à abertura do concurso para preenchimento de uma vaga de pensionista do Estado no estrangeiro nas classes de piano, rabeça e violoncelo¹⁹; ii) ao programa do concurso para a seleção de um pensionista do Estado para se aperfeiçoar no estrangeiro (Paris) na especialidade de Arquitetura, sob proposta da Academia Portuense de Belas-Artes, sendo então ministro do Interior Silvestre Falcão²⁰.

¹⁷ *Diário do Governo*, n.º 221, Portaria de 20/09/1911. Esta informação foi posteriormente corrigida, acabando João Emílio Raposo Magalhães por ser nomeado para estudar os modernos tratamentos do cancro e Alberto Gomes, cirurgião dos Hospitais Cívicos de Lisboa, para idêntico fim (cf. *Diário do Governo*, n.º 75, Portaria de 28/03/1912). Essa linha de investigação receberá especial atenção durante a Primeira República, tendo sido nomeados, em dezembro de 1911, quatro médicos para estudarem o problema do cancro sob o ponto de vista clínico (cf. *Diário do Governo*, n.º 291, Portaria de 11/12/1911). O Instituto Português para o Estudo do Cancro, precursor do Instituto Português de Oncologia, vem a ser criado em 1923, precisamente a instâncias de Francisco Gentil (<https://www.ipolisboa.min-saude.pt/ipo/historia/>), sendo ministro da Instrução Pública António Sérgio.

¹⁸ *Diário do Governo*, n.º 188, Portaria de 10/08/1912.

¹⁹ *Diário do Governo*, n.º 219, Anúncio de 19/09/1911.

²⁰ *Diário do Governo*, n.º 286, Portaria de 6/12/1911. As instruções são publicadas no dia seguinte, tendo a bolsa a duração de cinco anos. O pensionista era obrigado a enviar projetos e trabalhos e provar com documentos a sua evolução académica.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Regressemos à informação coligida pelo Ministério do Interior, designadamente ao Quadro 1, que permite, também, olhar para outras áreas que foram contempladas pelo dito Ministério, algo já de si relevante, não obstante a diminuta expressão que têm no cômputo de bolsas atribuídas. Sublinhe-se, por exemplo, a intenção de assegurar a participação de um representante no Congresso Internacional de Pedagogia (Bruxelas, 1911). Por outro lado, importa, de igual modo, falar na preocupação com a educação feminina ou nas questões relativas à proteção de crianças e jovens, as quais recebem ênfase no período da Primeira República – as últimas testemunham, aliás, uma nova visão da criança (Martins, 2022). São disso ilustração, no primeiro caso, a atribuição de uma bolsa a Virgínia Guerra Quaresma para estudar os estabelecimentos de educação feminina (cf. Quadro 1) e, no segundo caso, a nomeação de Alfredo José de Almeida Ribeiro para estudar a organização da assistência infantil (cf. Quadro 1). Na mesma linha de pensamento, acrescente-se a designação de Sebastião Cabral da Costa Sacadura para representar oficialmente o governo no Congresso de Proteção à Infância das Primeiras Idades (Berlim, setembro de 1911)²¹. Uma palavra, ainda, para destacar o interesse pelas condições sociais em que vivia a comunidade portuguesa sediada na Califórnia, em franca expansão após a década de 1860 (Williams, 2007). De mais a mais, em 1900, o número de portugueses ali nascidos cifrava-se nos 15583 (32,4% do total da nação), tendo duplicado até 1920 (Williams, 2007).

Contrariando um dos argumentos a favor da reinstituição do Ministério da Instrução Pública – o de o Ministério do Interior abarcar áreas de governação que tinham, sobretudo, que ver com a política e a administração interna –, a verdade é que, recorde, as bolsas atribuídas para missões de estudo (1911-1912) emanaram: i) da Direção-geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, a larga maioria; ii) da Direção-Geral de Assistência; iii) e da Direção-Geral da Saúde²². Nem uma única, portanto, procedente da Direção-Geral de Administração Política e Civil²³.

Outra questão que interessa referir é a que se prende com a duração das missões de estudo.

²¹ *Diário do Governo*, n.º 197, Portaria de 18/8/1911. É útil acrescentar que a Lei de Proteção à Infância data de 27 de maio de 1911.

²² IAN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78, Lv. 1, n.º 235.

²³ *Idem*.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Quadro 5. Duração das missões de estudo (2.º semestre de 1911-2.º semestre de 1912)

Duração (dias)	Frequência
7	1
30	4 ²⁴
60	2
90	2
120	1
180	1
S/ referência	20

Fonte: AN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78, Lv. 1, n.º 235.

Não obstante ser muito expressivo o número de registos que não indicam o tempo concedido às missões de estudo, pode afirmar-se que a tendência é para atribuir bolsas de curta duração (de um a três meses).²⁵ Esta análise deve ser confrontada com a informação sintetizada no Quadro 6, no qual se menciona a figura jurídica que enquadrou a concessão das bolsas.

Quadro 6. Tipologia da bolsa atribuída (2.º semestre de 1911-2.º semestre de 1912)

Figura jurídica/ Tipo de dispensa	Frequência
Comissão extraordinária e gratuita de serviço público	12
Comissão gratuita de serviço público	3
Missão gratuita de serviço público	1
No período de férias	1
Licença	3
Sem dispêndio para o Estado	2
Sem perda de vencimento	1
S/ especificar	8

Fonte: AN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78, Lv. 1, n.º 235.

²⁴ Incluí nesta “categoria” um registo que indicava “durante as férias”.

²⁵ Veja-se, por exemplo, a já citada bolsa, com a duração de cinco anos, para um pensionista se aperfeiçoar no estrangeiro na especialidade de Arquitetura.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Tanto a duração média das bolsas como a figura jurídica/ tipo de dispensa que as enquadraram dão a entender uma preocupação: a de não sobrepesar o erário público.

Por outro lado, importa salientar que, embora não tenha identificado a existência de procedimentos concursais para atribuição de bolsas, constatei duas situações distintas. Com efeito, há profissionais que solicitam bolsa ao Ministério do Interior. Estão nessa circunstância, os médicos Alberto Mac-Bride Fernandes e António Carlos Craveiro Lopes. Há outros profissionais que são indicados pelo Ministério do Interior, atendendo, sobretudo, ao seu currículo e reputação. Refira-se a este propósito, e também a título de exemplo, os professores (e médicos) Augusto Pires Celestino da Costa, João Emílio Raposo de Magalhães e Francisco Soares Branco Gentil²⁶.

Por fim, uma questão que não é de somenos. Falo da necessidade de o bolseiro ter (ou não) de entregar relatório sobre a missão de estudo realizada. Aquilo que se pode afirmar é que a regra é o Ministério do Interior não exigir tal documento. De resto, a propósito do bolseiro Samuel Maia de Loureiro (cf. Quadro 1), o Diretor-Geral da Saúde, Ricardo Jorge, fez questão de mencionar que, na Portaria que havia nomeado o dito bolseiro, não se encontrava exarada essa disposição (cf. Figura 1).

²⁶ As duas últimas personalidades não constam do Quadro 1, mas já foram devidamente referenciadas.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Figura 1. Carta de Ricardo Jorge, Diretor-Geral da Saúde, ao Secretário Geral do Ministério do Interior, em 25/11/1912.

afirma

Ministério do Interior
SECRETARIA GERAL
221 235
em 26-Novemb 1912

Direção Geral da Saúde

L.º 14 - N.º 660. Lisboa, 25 de Novembro de 1912 -
Ao Sr. Secretário Geral do Ministério do Interior -

o Salvo-se a solicitação na circular a
N.º 88.ª de 20 de out. (L.º N.º 275) - tendo
a honra de informar N.º 87.ª de que meeta de
recibo fiscal, durante o curso e exames
eventos e praxias, ofício por si mesmo
em portaria de 24 de julho de 1911, o sub. dele
pode a saúde substituto a lista, Samuel
Meia de Laureiro a estudos no estrangeiro
peis, pelo prazo de 30 dias, em cumprimento
exclusivamente e gratuita de pessoas públicas,
o progresso de bromatologia e higiene
da alimentação, nas tendo apresentadas
relatórios, que a portaria que o nomeou
nas exigência.

Para e Fidei-judicada de
(a) Ricardo Jorge -

3

PROVINCIA

Fonte: AN/TT, *Ministério do Interior*, Secretaria-Geral, Maço 567, Cx. 78, Lv. 1, n.º 235.

Apesar de a esmagadora maioria das portarias não referir a necessidade de elaboração de relatório, certo é que a citada lista emanada da Direção-Geral de Assistência indica que, até à data (26/11/1912), nenhum bolseiro o havia entregue, levando assim a crer que seria expetável o seu envio. Mas, reforço, são uma minoria as portarias de nomeação que mencionam que os bolseiros devem apresentar um documento

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

que dê notícia da missão de estudo realizada e dos resultados obtidos. Citem-se os únicos casos identificados, curiosamente todos oriundos de Faculdades de Medicina (Lisboa e Porto): Tiago Augusto de Almeida, José Guilherme P. de Miranda e Henrique Fragoso Domingues Parreira²⁷.

Ao fechar esta secção impõe-se dizer o seguinte: nos anos de 1911 e 1912, o Ministério do Interior demonstra especial interesse em tutelar um conjunto muito significativo de bolsas de estudo no estrangeiro, não circunscritas ao espaço geográfico europeu. O foco das mesmas é, claramente, a área da Medicina. É difícil avaliar as consequências desse investimento no sentido da modernização do país. Mas, a verdade é que dará alguns frutos, conforme procurei assinalar a respeito, por exemplo, da aposta na investigação sobre o cancro, que culminará, uma década mais tarde, na criação de um instituto destinado ao tratamento dessa doença (associando a investigação). Interessa sublinhar que alguns dos médicos que citei fizeram parte da chamada “Geração de 1911”, ligada à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa²⁸. De mais a mais, conforme expressou Celestino da Costa, “quando as leis reformadoras foram publicadas, os homens dessa Geração [que haviam, aliás, estudado na Europa] estavam preparados para tomar conta da Faculdade de Medicina” (Costa, 2003: 28).

Por outro lado, faltam dados, entre outros, sobre o destino e o objeto das missões de estudo dos três professores liceais. A eventual localização de relatórios de bolseiros poderá fazer alguma luz sobre o assunto. Reafirme-se, porém, que grande parte dos bolseiros elencados no Quadro 1 fez parte da elite da sua comunidade profissional (deixando, aliás, discípulos). Até ao ano de 1913, o Ministério do Interior continuou a autorizar algumas missões de estudo²⁹, situação que se alterou, obviamente, com o início da 1.^a Guerra Mundial. Ainda em 1913, o Ministério da Instrução Pública é definitivamente reinstituído. Na próxima secção acompanharei as opções seguidas pelo novo Ministério, no período imediatamente subsequente ao término da Guerra e no respeitante à concessão de bolsas de estudo no estrangeiro.

²⁷ O relatório do bolseiro deveria ser entregue ao diretor da Faculdade.

²⁸ Designadamente, Sílvio Rebelo, Augusto Celestino da Costa, Reinaldo dos Santos, Francisco Gentil e Sobral Cid. Cf. Costa (2003).

²⁹ Cf., por exemplo, *Diário do Governo*, n.º 191, Portaria de 14/08/1913.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

Esforços para renovar o ensino secundário: a preocupação com a melhoria da qualidade pedagógica dos docentes (1918)

Na linha da investigação de António Nóvoa (1989: XXV), interessa sublinhar que o setor do ensino secundário foi aquele em que “a ação republicana se exerceu de forma menos inovadora”. De facto, até 1918, permaneceu em vigor, apenas com ligeiras mudanças, a Reforma de 1905. Por outro lado, as Escolas Normais Superiores, instituídas em 1911 e vocacionadas para formar docentes desse grau de ensino, só começaram a funcionar no ano letivo de 1915/1916.

É, na verdade, em 1918, no mandato do ministro Alfredo de Magalhães, exercido entre 11 de dezembro de 1917 e 27 de janeiro de 1919, que se observam algumas alterações que importa mencionar. Novo enquadramento legislativo é dado pelo Decreto n.º 4650, de 14 de julho de 1918, que reformava o ensino secundário. A referida legislação, publicada em pleno consulado sidonista, procedia à modificação dos planos de estudo e dos programas das disciplinas, entre outras mudanças de maior ou menor dimensão. Para Alfredo de Magalhães, que assina o relatório do Ministério da Instrução Pública correspondente ao período compreendido entre 11 de dezembro de 1917 e 15 de julho de 1918, o ensino secundário era um grau

“da maior importância porque abrange o mais longo currículo escolar e porque tem um objetivo de formação psicológica que o pode tornar poderosamente influente ou lamentavelmente deletério e visto tratar-se do único grau de ensino público que a República ainda não tinha reformado, à parte o episódico Regulamento n.º 3091, estavam previstas e em curso profundas modificações” (*apud* Silva, 2006: 128).

Não surpreende, assim, a preocupação com a preparação pedagógica do professorado, plasmada, aliás, no citado Decreto n.º 4650. Com efeito, o diploma em questão previa a concessão anual a professores de liceu de 15 subsídios destinados a “viagens de estudo aos países de mais elevada cultura intelectual, como meio de aperfeiçoamento dos métodos de ensino das disciplinas dos seus grupos” (Decreto n.º 4650, de 14/07/1918, artigo 55.º). Esta medida recebeu foros de primazia, uma vez que, antes de ser publicado o Regulamento da Instrução Secundária (Decreto n.º 4799, de 08/09/1918), a Portaria n.º 1460, de 05/08/1918, vinha garantir a abertura do concurso

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

para as referidas viagens de estudo³⁰. Veja-se como essa possibilidade foi sentida por Álvaro Rodrigues Machado, professor do Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto:

“Não quis o Ministro da Instrução, seu autor [da legislação que criava as pensões de estudo], [...] demorar-se em beneficiar a pedagogia portuguesa com os progressos realizados em países de mais elevada cultura [...] Estava ainda ateadada a grande guerra europeia, sendo impossível a viagem a países inimigos, pouco apetecível e menos proveitosa a visita aos países neutros ou aliados do nosso, mas assolados pela guerra [...]

Eu, porém, suspirava por tão salutar medida introduzida na legislação da instrução”³¹.

Ao contrário dos procedimentos adotados na concessão de bolsas nos anos de 1911-1912 – os quais, no essencial, partiam da iniciativa do bolseiro ou de proposta governativa –, existiam agora critérios rigorosos para a instrução dos processos de candidatura. Com efeito, a seleção dos candidatos passava, nomeadamente, pela sua “competência especial”, avaliada a partir de duas componentes: i) trabalhos de investigação ou publicações didáticas; ii) “qualidade e efetividade do serviço prestado”³². Por outro lado, é muito interessante a ideia, consagrada no Regulamento da Instrução Secundária (Decreto n.º 4799, de 08/09/1918), de existir um regime de rotação anual no respeitante aos docentes elegíveis para as bolsas, baseado no tempo de serviço. Quer isto dizer que, num ano, eram unicamente opositores professores com experiência (10 a 25 anos de serviço), sendo que, no ano seguinte, o concurso era apenas aberto para docentes no início de carreira (2 a 9 anos de serviço)³³. Há aqui, manifestamente, uma estratégia de melhoria a longo termo.

³⁰ A Portaria estipulava, nomeadamente, que os requerimentos fossem entregues até 20 de agosto, indicando o objeto de estudo e o local onde os bolseiros pretendiam efetuá-lo, assim como o tempo necessário para esse fim (apontava-se como duração média 45 dias). A lista seria graduada até 28 de agosto. Por outro lado, o normativo torna obrigatório o envio de relatório da missão à Secretaria de Estado da Instrução Pública e define a distribuição das bolsas pelos grupos de lecionação. O citado Regulamento da Instrução Secundária determina, entre outras medidas, a devolução da pensão no caso de o bolseiro não entregar relatório e circunscreve os opositores ao universo dos professores efetivos. Cf. Decreto n.º 4799, de 08/09/1918, Capítulo XIX.

³¹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência, *Ministério da Instrução Pública*, Relatório do pensionista Álvaro Rodrigues Machado, 1918, documentação em fase de tratamento arquivístico.

³² Portaria n.º 1460, de 05/08/1918.

³³ Decreto n.º 4799, de 08/09/1918, Capítulo XIX, artigo 341.º.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

O próximo Quadro identifica as candidaturas apresentadas ao abrigo da Portaria n.º 1460.

Quadro 7. Candidatos a bolseiros ao abrigo da Portaria n.º 1460, de 05/08/1918.

Agosto de 1918.

Candidato	Liceu de origem	Grupo	Objetivo da pensão	Destino pretendido
Alberto Nunes Rica*	Liceu de Camões	1.º	Estudar as “línguas morta”, especialmente latim.	Roma
Manuel José Pereira	Liceu de Bragança	1.º	?	Paris, Londres ou Roma, preferindo a última cidade
Adelino Eugénio da Costa	Liceu de Maria Pia	2.º	Estudar a influência da língua e literatura provençal na literatura portuguesa.	Paris ou Toulouse (Universidades)
António Augusto Pires	Liceu de Bragança	2.º	Frequentar um curso de férias sobre fonética e literatura francesa.	França
António Ferreira Botelho	Liceu de Braga	2.º	Estudar a fonética francesa.	Grenoble (Universidade)
António Diogo do Prado Coelho	Liceu de Pedro Nunes	2.º	Aperfeiçoamento da “sua educação e prática profissional.”	Bordéus, Toulouse e Montpellier
Agostinho Jorge da Silva*	Liceu de Coimbra	2.º	Aperfeiçoar os conhecimentos de francês.	França
Basílio Ribeiro Leite de Sousa Vasconcelos*	Liceu de Alexandre Herculano	2.º	Aperfeiçoar os conhecimentos de francês e de metodologias das línguas vivas.	Bordéus, Toulouse, Montpellier, Paris; Suíça
Gastão Correia Mendes*	Liceu de Gil Vicente	2.º	Estudar a metodologia das línguas vivas e a organização das escolas de ensino médio.	Montpellier; Suíça
José António Dentinho Júnior	Liceu de Faro	2.º	Estudar o “modo como é aplicado o método direto no ensino das línguas vivas nos liceus.”	Zurique (estabelecimentos de ensino secundário)
Luís da Câmara Reis	Liceu de Gil Vicente	2.º	?	Suíça e Itália ou sul de França

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

João Gualberto de Barros e Cunha*	Liceu de Coimbra	3.º	Renovar os conhecimentos práticos da língua inglesa; “conhecer os processos atualmente mais usados para o ensino da língua inglesa nos liceus franceses”.	Londres, Oxford ou Cambridge; França
Damião António Peres*	Liceu de Gil Vicente	4.º	“Visitar as instalações dos gabinetes de geografia” e estudar a forma como é ministrado o ensino dessa disciplina.	Espanha (principais cidades universitárias)
Fidelino de Sousa Figueiredo*	Liceu de Maria Pia	5.º	Estudar a organização dos estudos secundários e superiores de ciências históricas e dos serviços de bibliotecas.	Espanha (Madrid, Salamanca, Barcelona)
José Ribeiro Baptista Caldeira*	Liceu de Rodrigues de Freitas	6.º	Observar os métodos e processos de ensino secundário.	Espanha, França e Suíça
Álvaro Rodrigues Machado*	Liceu de Rodrigues de Freitas	7.º	“Estudo do conjunto e comparativo do ensino da física, tirando daí as aprofundações às escolas portuguesas”.	Inglaterra e outros países (escolas secundárias e superiores)
José Duarte Carrilho*	Liceu de Braga	7.º	?	Espanha, França e Itália
Luís Maria de Passos da Silva*	Liceu de Gil Vicente	9.º	?	?

* Candidatos a quem foram atribuídas bolsas.

Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência (AHMEC), *Ministério da Instrução Pública*, documentação em fase de tratamento arquivístico.

O Quadro 7 permite concluir que os candidatos a quem foram atribuídas bolsas eram provenientes de um grupo restrito de liceus, significativamente: de Lisboa (cinco docentes); do Porto (três docentes); de Coimbra (2 docentes); de Braga (1 docente)³⁴. Por outro lado, ao contrário do sucedido em 1911-1912, não se registam candidaturas de

³⁴ É relevante afirmar que, à data, havia apenas liceus nacionais centrais em Lisboa, Porto e Coimbra.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

professoras. Mais, se os objetivos das pensões dos candidatos escolhidos em 1918 parecem estar muito alinhados, na sua maioria, com a disciplina que lecionam (o mesmo se pode dizer, aliás, a respeito dos candidatos excluídos), importa também notar que, em alguns casos, os objetivos apontam para o conhecimento mais sistémico do ensino secundário; veja-se, designadamente, as bolsas atribuídas a José Ribeiro Baptista Ribeiro e a Gastão Correia Mendes. Ao mesmo tempo, assinala-se que o conjunto de bolsas atribuído contempla o ensino humanístico e o ensino científico³⁵.

Interessa, ainda, explorar o Quadro 7 tendo em conta aquilo que sabemos hoje sobre o mérito de alguns dos bolseiros. Referência importante é Fidelino de Figueiredo. Não obstante ter desempenhado a função de chefe de gabinete do ministro da Instrução Pública, justamente, no período sidonista (em causa, hipoteticamente, a possibilidade de favorecimento político e/ou pessoal no processo de concessão da bolsa), a verdade é que Fidelino de Figueiredo foi intelectual de elevada craveira. Destacou-se como crítico literário e professor de literatura portuguesa e espanhola em várias universidades (Espanha, Brasil, Estados Unidos da América, México), assumindo diversas funções ao longo da vida (por exemplo, dirigiu por duas vezes a Biblioteca Nacional)³⁶.

Outra personalidade que merece destaque é Damião Peres. De facto, depois de ter sido professor em diversos liceus, ingressou na carreira académica, tendo lecionado nas Faculdades de Letras das Universidades do Porto e de Coimbra, na última das quais chegou à cátedra. Foi insigne historiador e numismata³⁷.

Por outro lado, é interessante notar que alguns dos candidatos foram preferidos pela circunstância de serem, cumulativamente, professores de metodologia das Escolas Normais Superiores. Os docentes em causa estavam “naturalmente indicados para a viagem, visto que aperfeiçoados eles, aperfeiçoado ficará o ensino feito depois e consequentemente mais habilitados os alunos-mestres”³⁸.

É por demais significativo o teor da documentação produzida no âmbito das missões de estudo ao estrangeiro (processos de candidatura e relatórios)³⁹,

³⁵ Pode mesmo concluir-se que há um certo equilíbrio entre ambos – em sintonia, diga-se, com o espírito da Reforma de 1918 (Carvalho, 1996).

³⁶ Sobre a personalidade em causa ver, por exemplo, Nóvoa (2003).

³⁷ *Idem*.

³⁸ AHMEC, *Ministério da Instrução Pública*, documentação em fase de tratamento arquivístico.

³⁹ No AHMEC, fundo indicado, localizei apenas o relatório do professor Álvaro Rodrigues Machado, já citado.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

designadamente pelo facto de projetar uma determinada visão de futuro. Veja-se, a título de exemplo, o caso do professor Basílio de Sousa Vasconcelos, com o qual, de resto, encerro esta secção. Os objetivos da sua viagem de estudo a França e à Suíça – expressos em 20 de agosto de 1918, na candidatura então submetida – eram, além do aperfeiçoamento na língua francesa, os seguintes:

“1.º) Obter esclarecimentos sobre a organização da correspondência interescolar internacional e a suas vantagens; 2.º) Ver se é possível estabelecer-se entre Portugal e França, e mesmo a Suíça, o intercâmbio de alunos e até de professores, pelo menos durante as férias de verão”⁴⁰.

Considerações finais

O objetivo, mais geral, que preside à atribuição de bolsas de estudo em 1911-1912 e 1918, respetivamente, pelo Ministério do Interior e pelo Ministério da Instrução Pública, é o de os bolseiros poderem contactar com “países cultos” para difundirem posteriormente no seu país experiências inovadoras. As diferenças detetadas entre os dois momentos considerados têm que ver, em alguma medida, com o facto de estarmos perante ministérios com características bem distintas. Na verdade, o espetro de intervenção do Ministério do Interior era muito abrangente. Não podia, de modo óbvio, ter unicamente o foco nos assuntos educativos – algo que, em princípio, a existência de um órgão central de coordenação educativa (um ministério próprio) garantiria.

Por outro lado, entre 1911-1912 e 1918, regista-se uma evolução no sentido da instrução rigorosa dos processos de candidatura às bolsas, da definição dos critérios de seleção e, também, da obrigação de os bolseiros apresentarem relatório da missão de estudo.

Outra questão importante é a que diz respeito aos objetivos das bolsas. Em 1911-1912, a área da Medicina sobrepõe-se às demais. Trata-se de uma prioridade para o regime. É evidente, de acordo com o texto da Reforma do Ensino Médico de 22 de fevereiro de 1911, a vontade de modernizar o ensino e de transformar as faculdades de Medicina em centros de produção científica, a par de maior atenção às especialidades. Por outro lado, e ainda para o período de 1911-1912, faltam-nos dados que permitam

⁴⁰ AHMEC, *Ministério da Instrução Pública*, documentação em fase de tratamento arquivístico.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

perceber a orientação temática das bolsas atribuídas aos docentes da instrução secundária. Não é despreciando o interesse pela educação feminina e pela proteção de crianças e jovens – temas caros ao ideário republicano.

No que respeita às bolsas atribuídas pelo Ministério da Instrução Pública, em 1918, é evidente a intenção de melhorar a preparação pedagógica do professorado (com o foco nas metodologias de ensino). Do ponto de vista político, é reconhecida a imperiosidade de reformar a instrução secundária, a única que não havia sido alvo dos governos da República. Nota interessante é a de haver, para os reformadores, umnexo entre a atribuição de bolsas e a formação de professores nas Escolas Normais Superiores.

A questão maior que se põe é a de saber qual o impacto futuro das medidas tomadas pelo Ministério do Interior e pelo Ministério da Instrução Pública, respetivamente, em 1911-1912 e 1918. A primeira ideia a reter, sujeita a melhor avaliação, é a de que elas terão tido um alcance limitado, embora diferenciado quando considerados os dois momentos. De facto, a concessão de bolsas, de *per si*, era insuficiente para elevar de modo significativo o desempenho profissional. No caso da preparação pedagógica dos docentes da instrução secundária, a renovação do sistema passava, obrigatoriamente, por uma política sistemática de formação de professores. A verdade é que muitas ações dos reformadores assentaram: i) no simples voluntarismo; ii) no pressuposto de que era possível mudar por decreto; iii) no escamoteamento da “complexidade do contexto societal” (Graça, 2015: 126); iv) no desconhecimento das vicissitudes dos processos de mudança (Graça, 2015). Mais, citando Sérgio Grácio (1993: 78), “as medidas dirigentes [...] só ganham um sentido mais completo uma vez posicionadas no conjunto das medidas adotadas e da evolução de todo o sistema de ensino”. Atente-se ao seguinte exemplo: até ao final da Primeira República, as Escolas Normais Superiores formaram cerca de 160 docentes (Nóvoa, 1989)⁴¹. Por outro lado, a ambiciosa Reforma de 1918 caiu por terra com o assassinato de Sidónio Pais, em 14 de dezembro de 1918.

Embora menos “formalizadas”, as bolsas atribuídas em 1911-1912 terão sido mais consequentes. Com efeito, estas surgem, designadamente na área da Medicina, no quadro de dinâmicas já existentes e procurando responder a objetivos muito precisos. São disso exemplo, entre outros: a “seleção” de bolseiros no âmbito da investigação sobre o cancro

⁴¹ Note-se que a verdadeira alteração republicana do ensino normal só acontece com a Reforma de 1919, de Leonardo Coimbra.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

e a “mobilização” de Sobral Cid para estudar os manicómios. O facto de boa parte dos bolsiros da referida área pertencer a um escol terá, certamente, funcionado como fator diferenciador. Sem embargo, considerando a conjuntura política, económica e social da Primeira República, parece-me ajustada a avaliação de Celestino da Costa: “O movimento singular da Geração de 1911 foi um caso especial – um oásis no contexto nacional –, mas não podia sozinho mudar o rumo da história pátria” (Costa, 2003: 28). Na verdade, só a partir de 1929, com a criação da já mencionada Junta de Educação Nacional, o Estado português disporá de um organismo capaz de organizar o desenvolvimento da investigação científica (Lopes, 2017).

Referências

- AFONSO, José António (2016), *Escolas Rurais na Primeira República. 1910-1926. Discursos e Representações sobre a Periferia*, Santo Tirso, Whitebooks.
- CANDEIAS, Ernesto Martins (2022), “O sistema de proteção à infância portuguesa (séc. XX): dos normativos jurídicos e pressupostos científicos aos dispositivos de intervenção”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, vol. 40, pp. 236-261.
- CARRILHO, António Jorge Botelho (2016), *Os Museus em Portugal durante a 1.ª República*, Tese de doutoramento, Évora, Universidade de Évora.
- CARVALHO, Rómulo de (1996), *História do Ensino em Portugal*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição.
- COSTA, Jaime Celestino da (2003), *A Geração Médica de 1911: origem, realização e destino*, Lisboa, Faculdade de Medicina.
- FERNANDES, Rogério (1971), *João de Barros educador republicano*, Porto, Livros Horizonte.
- FERNANDES, Rogério (1995), “Ensaio de modernização do ensino liceal e investigação pedagógica no limiar do século XX”, *Ciências da Educação: investigação e ação*, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, vol. 1, pp. 331-340.
- FERNANDES, Rogério (2007), “Irene Lisboa e Áurea Judite Amaral: dois olhares sobre a escola a partir da ‘Escola Nova’” in José Gondra; Ana Chrystina Mignot (orgs.), *Viagens Pedagógicas*, São Paulo, Cortez Editora, pp. 217- 245.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

GRAÇA, Luís (2015), “História e memória da saúde pública”, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, vol. 33, n.º 2, pp. 125-127.

GRÁCIO, Sérgio (1993), “Uma interpretação da Política de Ensino na I República”, *Fórum Sociológico*, vol. 2, pp. 77-91.

GONDRA, José; MIGNOT, Ana Chrystina (orgs.) (2007), *Viagens Pedagógicas*, São Paulo, Cortez Editora.

HAMELINE, Daniel; NÓVOA, António (1990), “Autobiografia Inédita de António Sérgio. Escrita aos 32 anos no Livro D’Or do Instituto Jean-Jacques Rousseau (Genéve)”, *Revista Crítica e Ciências Sociais*, n.º 29, pp. 141-177.

LOPES, Quintino Manuel Junqueira (2017), *A europeização de Portugal entre guerras. A Junta de Educação Nacional e a investigação científica*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

NÓVOA, António (1989), “A República e a Escola: Das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades”, *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911*, Lisboa, IIE, vol. 1, tomo II, pp. IX-XXIV.

NÓVOA, António (dir.) (2003), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, ASA.

NÓVOA, António (2014), “Educação 2021. Para uma história do futuro”, *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 41, pp. 171-185.

PINA, Madalena Esperança (2010), “As faculdades de medicina na I República” in *Corpo: Estado, Medicina e Saúde em Tempo da I República, Catálogo de Exposição*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 30-37.

PINTASSILGO, Joaquim (2007), “Imagens e Leituras da Educação Nova em Portugal. Os relatórios de bolsiros portugueses em visita a instituições educativas europeias (1907-1909)” in José Gondra; Ana Chrystina Mignot (orgs.), *Viagens Pedagógicas*, São Paulo, Cortez Editora, pp. 195-216.

SEIXAS, Maria Augusta Anselmo (2004), *Virgínia Quaresma (1882-1973): a primeira jornalista portuguesa*, Dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra.

SILVA, Armando Malheiro da (2006), *Sidónio e Sidonismo. História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. 2.

SILVA, Carlos Manique da (2013), “Notícia sumária sobre as instituições escolares da Suíça (1911)”, *História da Educação*, vol. 17, n.º 41, pp. 235-249.

Carlos Manique da Silva – *Impulsos reformistas republicanos: missões de estudo no estrangeiro tutelados pelos Ministérios do Interior e da Instrução Pública (1911-1918)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a4

SILVA, Carlos Manique da (2017), “A Primeira República Portuguesa Recria o Ministério da Instrução Pública: um esforço de aproximação aos sistemas escolares europeus”, *Revista de História e Historiografia da Educação*, vol. 1, n.º 1, pp. 6-25.

WILLIAMS, Jerry R. (2007), *In Pursuit of their Dreams. A History of Azorean Immigration to the United States*, Dartmouth, University of Massachusetts, 2.^a edição.